

EDITAL N.º078/2014

Teste seletivo para ingresso ao quadro de estagiários da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO

O presente edital que estabelece as instruções destinadas à seleção e contratação de estagiários para atuarem junto a Defensoria Pública da Comarca de Paranaguá/PR.

1. Dos requisitos

Só poderão se inscrever os acadêmicos do curso de Direito devidamente matriculados a partir do 3º ano ou 5º semestre (o requisito será analisado quanto o estagiário for convocado).

Os candidatos que já estagiaram através da Central de Estágios por 2 anos não poderão ter seu contrato de estágio gerado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, pois o agente integrador não permite que o estágio exceda 2 anos na mesma unidade concedente.

2. Das vagas a serem preenchidas

Os candidatos selecionados ocuparão de imediato 4 vagas junto à Defensoria Pública da Comarca de Paranaguá/PR, para o período da tarde. Os demais aprovados formarão cadastro de reserva para eventuais vagas que venham surgir durante o prazo de validade do processo seletivo.

3. Validade do Processo seletivo

O processo seletivo terá validade por 1 (um) ano, sendo que serão aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,0.

Será respeitada para a admissão a ordem de classificação final, e os demais aprovados formarão cadastro de reserva para eventual(ais) vaga(s) que surjam no prazo de validade do certame.

4. Da carga horária

O estágio terá duração de até 6 (seis) horas diárias.

5. Da bolsa de estágio

O estagiário (a) aprovado (a) receberá a bolsa-auxílio de acordo com as horas estagiadas mensalmente, sendo que o valor da hora é R\$ 5,29 (Cinco reais e vinte e nove centavos), além de auxílio transporte.

6. Das inscrições

As inscrições serão realizadas no período de 04 a 10 de abril de 2014, através do site da central de estágios: www.centraldeestagio.pr.gov.br, sem custo algum.

Somente poderão participar do processo seletivo os candidatos inscritos.

7. Da prova objetiva

A prova objetiva será eliminatória e classificatória compreendendo as disciplinas de Direito Constitucional, Penal, Civil, Processual Penal, Processual Civil, com peso 2;

A prova objetiva consistirá em 20 questões de múltipla escolha.

Serão aprovados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 5,0 (cinco) na prova objetiva.

8. Da Prova dissertativa

A prova dissertativa eliminatória e classificatória conterà uma dissertação de Direito Civil e uma dissertação de Direito Penal, com peso 2.

Serão aprovados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 5,0 (cinco) na prova subjetiva.

9. Da nota final

A nota final será composta pela média ponderada das provas objetivas, dissertativas e entrevista.

10. Do teste seletivo:

Os candidatos devidamente inscritos no processo seletivo por meio do site “Central de Estágio” deverão comparecer no dia **11 de abril de 2014 (sexta-feira), às 14h, nas instalações da ISULPAR – Instituto Superior do Litoral do Paraná, localizada na Avenida Coronel José Lobo, 800 – bloco do curso de Direito- sala 02- bairro Costeira.**

11. Consultas:

Não serão permitidas consultas de espécie alguma, sob pena de desclassificação do processo seletivo.

12. Dos resultados

O resultado preliminar será publicado no site da Defensoria <http://www.defensoriapublica.pr.gov.br>, cabendo recurso no prazo de 48hs, (quarenta e oito horas) protocolado na sede da Defensoria Pública da Comarca de Paranaguá/PR, a ser decidido pelo Presidente da comissão de processo seletivo nesse prazo. Em caso de empate na classificação, o critério será o de menor período da faculdade. O resultado final será divulgado no site da Defensoria Pública.

13. Da Classificação:

Serão classificados todos os candidatos, desde que tenham obtido a nota mínima de 5,0 (cinco) em cada prova.

14. Do programa

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Relações do Direito Processual Penal com os demais ramos do Direito. 2. Histórico do Direito Processual Penal Brasileiro 3. Neoconstitucionalismo 4. Garantismo Processual Penal 5. Sistemas Processuais Penais 6. Princípios Processuais Penais de Garantia 7. Provas. Prisões. 8. Procedimentos 9. Recursos 10. Ações de Impugnação

DIREITO CIVIL

1. Fontes do direito. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Eficácia, conflito e interpretação das normas.

2. Pessoa natural. Aquisição e extinção da personalidade. Direitos da personalidade. Nascituro. Embrião excedentário. Nome. Estado. Registro das pessoas naturais. Capacidade e emancipação. Incapacidade. Suprimento da incapacidade. Tutela. Curatela. Ausência. Administração de bens e direitos de incapazes. Domicílio e residência.

3. Fatos jurídicos: Conceito e Classificação. Aquisição, modificação, defesa e extinção de direitos. Negócio jurídico. Situações jurídicas. Atos jurídicos - elementos essenciais, classificação e modalidades. Defeitos e invalidade dos atos.

4. Prescrição e decadência.

5. Atos ilícitos. Abuso do direito. Enriquecimento ilícito. Causas excludentes de ilicitude.

6. Direito das obrigações. Definição, fontes e classificação. Modalidades. Obrigação e solidariedade. Transmissão das obrigações. Cessão de Crédito. Assunção de dívida.

7. Extinção das obrigações. Adimplemento: pagamento, pagamento em consignação; pagamento com sub-rogação; dação em pagamento, novação com sub-rogação, dação em pagamento; novação; compensação; remissão; confusão. Pagamento indevido. Inadimplemento das Obrigações. Mora. Juros. Correção monetária. Cláusula penal. Arras. Morte. Incapacidade superveniente. Prisão Civil.

8. Entidades familiares. Origem e conceitos. Relações familiares plurais - fundamentos da diversidade. Princípios constitucionais da família. Princípios constitucionais aplicáveis às relações familiares.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Processo e Constituição: A Constitucionalização do processo. Princípios constitucionais do processo civil. Direitos fundamentais e processo. A busca pela efetividade dos direitos e as reformas processuais. Garantias processuais.
2. Normas de Direito Processual Civil: natureza jurídica, fontes, interpretação e direito processual intertemporal.
3. Jurisdição: conceito, características, escopos, princípios e espécies. Equivalentes jurisdicionais: autotutela, autocomposição, mediação. Arbitragem. Jurisdição voluntária.
4. Ação: teorias, classificação, elementos, condições e cumulação.
5. Competência.
6. Sujeitos do processo: partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição processual e sucessão processual. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros.
7. Processo: pressupostos processuais, atos processuais, vícios dos atos processuais, lugar, tempo e forma dos atos processuais, prazos, comunicação dos atos processuais, nulidades, distribuição e registro, valor da causa.
8. Ação de alimentos. Execução de alimentos. Lei de Alimentos e disposições do Código de Processo Civil. Alimentos gravídicos.
9. Separação, divórcio direto e mediante conversão. Ação declaratória de união estável. Separação e divórcio extrajudiciais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: conceito, concepções, objeto, elementos, classificações.
2. Normas constitucionais: características, interpretação, eficácia, e aplicabilidade. Princípios e regras.
3. Controle de Constitucionalidade: Supremacia da Constituição Federal. Controle difuso de constitucionalidade. Controle concentrado de constitucionalidade. Mutações constitucionais.
4. Poder Constituinte de Reforma e suas limitações.
5. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Gerações, características, funções, colisão e interpretação.
6. Direitos e Garantias Individuais (art. 5 da Constituição Federal).
7. Direitos Sociais: reserva do possível e mínimo existencial.
8. Das Funções Essenciais à Justiça: Defensoria Pública (art. 134 da Constituição Federal).

DIREITO PENAL.

1. Garantias Penais Fundamentais da Constituição Federal. Princípios do Direito Penal.
2. Teoria da Norma Penal. Lei penal do tempo e no espaço: sucessão de leis penais. Interpretação e aplicação da Lei Penal.
3. Teoria do Crime. Ação. Tipicidade e exclusão. Antijuridicidade e

Justificação. Culpabilidade e exculpação. 4. Teoria da Pena. Sistema pena brasileiro. Aplicação das penas Criminais. 5. Causas de extinção da punibilidade. 6. Crimes contra a pessoa. 7. Crimes contra o patrimônio. 6. Legislação Penal especial: Lei 8.072/90. Lei 11.343/06. Lei 9.099/95. Lei 11.340/06.

15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho superior da Defensoria Pública.

Paranaguá, 04 de abril de 2014.

JULIANO MAROLD

Presidente da Comissão de Processo seletivo de estagiários em Paranaguá